



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

75
L
238

01

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0200.263-1/01 - Recife

Agravante(s): IRH-PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco

Agravado(s): José Mendes Correia de Araújo Júnior

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

5532

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO. IMEDIATA POSSE EM CARGO DE MÉDICO. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO. RECEBIMENTO NO EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. CONFIRMAÇÃO DE ANTERIOR ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCISO VII, DO ARTIGO 520 DO CPC. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO HÁBIL A ELIDIR A EXECUTORIEDADE IMEDIATA DO *DECISUM*. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação interposto em face de sentença (fls. 34/36) que julgou procedente o pedido, condenando o Estado de Pernambuco a dar posse ao autor, ora recorrido, no cargo de Médico com especialidade em pediatria.

2. Da análise do contexto probatório constata-se, ademais, que foi deferida a antecipação de tutela no bojo da Ação Cautelar nº 001.1993.031876-, pela qual o Magistrado *a quo* determinou a imediata posse do recorrido no cargo de médico, provimento este confirmado por sentença, contra a qual foi interposta apelação, recebida no efeito meramente devolutivo, através de despacho em face do qual foi interposto o Agravo de Instrumento nº 203.421-5, distribuído à Oitava Câmara Cível deste TJPE, o qual, até a presente data, encontra-se pendente de julgamento.

3. o recebimento da apelação em tela no efeito meramente devolutivo teve por suporte legal o inciso VII do artigo 520 do Código de Processo Civil, o qual dispõe, *in verbis*: "Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. **Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:** (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973) I - *omissis*; II - *omissis*; III - (Revogado pela Lei nº 11.232, de 2005) IV - *omissis*; V - *omissis*; VI - *omissis*; VII - **confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;** (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)."

4. Não obstante a literalidade do dispositivo legal supratranscrito, que é bastante explícito ao versar sobre as hipóteses em que o recurso de apelação deve ser recebido no efeito meramente devolutivo, cumpre notar que se excepcionam aqueles casos nas quais se verifica que a sentença foi exarada em flagrante ilegalidade ou abuso, ensejadoras de danos irreparáveis ou de difícil reparação, bem como naquelas em que, a teor dos artigos 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, consistam em outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional.

5. Versa a demanda originária (fls. 08/11) acerca do suposto direito do demandante/recorrido à posse no cargo de médico pediatra do IPSEP - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Pernambuco. *In casu*, da análise dos termos da sentença apelanda, ao menos a um exame prefacial, pode-se verificar que a mesma não implicou outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional, vez que se restringiu a consolidar a liminar que reconheceu o direito do agravado à posse no cargo de médico, exarada nos idos de 1993.

6. Não se evidenciou a prática de qualquer ilegalidade ou abuso hábil a obstar a executóriedade imediata da sentença, porquanto, a teor dos argumentos deduzidos pelo Magistrado sentenciante, o autor, ora agravado, fez prova da sua aptidão para o exercício do cargo, sobretudo no que concerne ao título de especialização em pediatria.

7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0200.263-1/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, o IRH-PE – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco e, como agravado, José Mendes Correia de Araújo Júnior, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Agravo Regimental em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

17
2
240

01

Sétima Câmara Cível
Agravo Regimental Nº: 0200.263-1/01 - Recife
Agravante(s): IRH-PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco
Agravado(s): José Mendes Correia de Araújo Júnior
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo IRH-PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco em face de José Mendes Correia de Araújo Júnior, impugnando decisão interlocutória proferida pela Relatoria substituta nos autos do Agravo de Instrumento nº 0200.263-1, em apenso.

Agravo tempestivamente interposto.

A decisão questionada (fls. 50/52 dos autos em apenso), indeferiu o efeito suspensivo almejado.

O Agravo de Instrumento exsurgiu em face de despacho (fl. 41 dos autos em apenso) da lavra do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, que, no bojo da Ação Ordinária nº 001.1993.046356-1, recebeu a apelação interposta pelo Estado de Pernambuco em face da sentença exarada no bojo da aludida ação em seu efeito meramente devolutivo.

Reitera os argumentos esposados no bojo do agravo de instrumento em apenso, asseverando, em síntese:

1) Que o despacho vergastado contraria as normas de regência, eis que a sentença contra a qual se apelou tem como efeito a possibilidade da imediata execução, razão pela qual, afirma, acaso mantida, trará graves prejuízos à Administração, cujos direitos devem ser resguardados até final julgamento da apelação;

2) Que a imediata execução da sentença em apreço assegurará ao recorrido o direito à imediata nomeação e posse, e, caráter definitivo, no cargo de médico pediatra, contrariando jurisprudência pacífica do STJ que dispõe sobre a inexistência de direito de candidato aprovado *sub judice* em concurso público a nomeação e posse no cargo para o qual concorreu.

Ao final, pugna pela reconsideração da decisão requestada ou, acaso assim não entenda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

a competente Câmara, para que, ao seu cabo, seja-lhe dado provimento, para deferir efeito suspensivo ao agravo de instrumento em apenso.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO:

A decisão agravada foi acostada às fls. 50/52 dos autos em apenso.

Mantenho a mesma convicção que serviu de esteio ao relator substituto ao proferir a decisão impugnada.

Versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação interposto em face de sentença (fls. 34/36) que julgou procedente o pedido, condenando o Estado de Pernambuco a dar posse ao autor, ora recorrido, no cargo de Médico com especialidade em pediatria.

Da análise do contexto probatório constata-se, ademais, que foi deferida a antecipação de tutela no bojo da Ação Cautelar nº 001.1993.031876-, pela qual o Magistrado *a quo* determinou a imediata posse do recorrido no cargo de médico, provimento este confirmado por sentença, contra a qual foi interposta apelação, recebida no efeito meramente devolutivo, através de despacho em face do qual foi interposto o Agravo de Instrumento nº 203.421-5, distribuído à Oitava Câmara Cível deste TJPE, o qual, até a presente data, encontra-se pendente de julgamento.

Cumprе notar que o recebimento da apelação em tela no efeito meramente devolutivo teve por suporte legal o inciso VII do artigo 520 do Código de Processo Civil, o qual dispõe, *in verbis*:

"Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. **Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:** (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

I - omissis;

II - omissis;

III - (Revogado pela Lei nº 11.232, de 2005)

IV - omissis;

V - omissis;

VI - omissis;

VII - **confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;** (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)."



19
242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Não obstante a literalidade do dispositivo legal supratranscrito, que é bastante explícito ao versar sobre as hipóteses em que o recurso de apelação deve ser recebido no efeito meramente devolutivo, cumpre notar que se excepcionam aqueles casos nas quais se verifica que a sentença foi exarada em flagrante ilegalidade ou abuso, ensejadoras de danos irreparáveis ou de difícil reparação, bem como naquelas em que, a teor dos artigos 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, consistam em outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional.

Versa a demanda originária (fls. 08/11) acerca do suposto direito do demandante/recorrido à posse no cargo de médico pediatra do IPSEP – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco.

In casu, da análise dos termos da sentença apelanda, ao menos a um exame prefacial, pode-se verificar que a mesma não implicou outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional, vez que se restringiu a consolidar a liminar que reconheceu o direito do agravado à posse no cargo de médico, exarada nos autos de 1993.

Verifica-se, igualmente, que não se evidenciou a prática de qualquer ilegalidade ou abuso hábil a obstar a executoriedade imediata da sentença, porquanto, a teor dos argumentos deduzidos pelo Magistrado sentenciante, o autor, ora agravado, fez prova da sua aptidão para o exercício do cargo, sobretudo no que concerne ao título de especialização em pediatria.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente agravo regimental, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator